



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

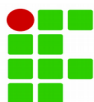
1. DO OBJETO

1.1 **CONTRATAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, SOB DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS**, para atendimento às demandas dos *campi* do IFAP, quais sejam: Macapá, Avançado Oiapoque, Santana, Porto Grande, Laranjal do Jari e Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari e também da Reitoria.

2. O serviço deverá ser prestado conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos descritos neste Termo de Referência, observadas as especificações e quantidades relacionadas abaixo.

TABELA I – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES DE REFERÊNCIA PARA A LICITAÇÃO

CÓDIGO COMPASNET	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTDE TOTAL ESTIMADA	VALOR DOS SERVIÇOS (SINAPI)	% DE DESCONTO SOBRE A PLANILHA SINAPI (A SER DADO PELO FORNECEDOR)	VALOR LÍQUIDO APÓS % DE DESCONTO NA PLANILHA SINAPI (A)	BDI de 25% (B)		% MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO (conforme percentuais previstos no item 3.8) (C)		VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (A)+(B)+(C)
							% SOBRE E SINAPI (A)	VALOR EM R\$	% SOBRE RE SINAPI (A)	VALOR EM R\$	
1 1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Macapá.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 1.012.400,00	0,00%	R\$ 1.012.400,00	25%	R\$ 253.100,00	0%	R\$ 0,00	R\$ 1.265.500,00
2 1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Avançado Oiapoque.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 200.000,00	0,00%	R\$ 200.000,00	25%	R\$ 50.000,00	20%	R\$ 40.000,00	R\$ 290.000,00
3 1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Santana	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 800.000,00	0,00%	R\$ 800.000,00	25%	R\$ 200.000,00	3%	R\$ 24.000,00	R\$ 1.024.000,00
4 1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais,	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 360.000,00	0,00%	R\$ 360.000,00	25%	R\$ 90.000,00	7%	R\$ 25.200,00	R\$ 475.200,00



		além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Porto Grande										
5	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 78.000,00	0,00%	R\$ 78.000,00	25%	R\$ 19.500,00	12%	R\$ 9.360,00	R\$ 106.860,00
6	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Laranjal do Jari	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 600.000,00	0,00%	R\$ 600.000,00	25%	150.000,00	15%	R\$ 90.000,00	R\$ 840.000,00
7	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para a Reitoria do Ifap, na cidade de Macapá.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 80.000,00	0,00%	R\$ 80.000,00	25%	R\$ 20.000,00	0%	0,00	R\$ 100.000,00

2.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ÓRGÃO GERENCIADOR: REITORIA										
ITEM	CÓDIGO CATEGÓRICO	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTD TOTAL ESTIMADA	VALOR DOS SERVIÇOS (SINAPI)	% DE DESCONTO SOBRE A PLANILHA SINAPI (A SER DADO PELO FORNECEDOR)	VALOR LÍQUIDO APÓS % DE DESCONTO NA PLANILHA SINAPI (A)	BDI de 25% (B)	% MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO (conforme percentuais previstos no item 3.8) (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (A)+(B)+(C)
7	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para a Reitoria do Ifap, na cidade de Macapá.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 80.000,00	0,00%	R\$ 80.000,00	25%	0%	R\$ 100.000,00



ÓRGÃO PARTICIPANTE: CAMPUS MACAPÁ E OIAPOQUE

ITEM	CÓDIGO CATEGORIA MAT	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTDE TOTAL ESTIMADA	VALOR DOS SERVIÇOS (SINAPI)	% DE DESCONTO SOBRE A PLANILHA SINAPI (A SER DADO PELO FORNECEDOR)	VALOR LÍQUIDO APÓS % DE DESCONTO NA PLANILHA SINAPI (A)	BDI de 25% (B)	% MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO (conforme percentuais previstos no item 3.8) (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (A)+(B)+(C)
1	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Macapá.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 1.012.400,00	0,00%	R\$ 1.012.400,00	25%	0%	R\$ R\$ 1.265.500,00
2	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Avançado Oiapoque.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 200.000,00	0,00%	R\$ 200.000,00	25%	20%	R\$ 290.000,00

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CAMPUS SANTANA

ITEM	CÓDIGO CATEGORIA MAT	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTDE TOTAL ESTIMADA	VALOR DOS SERVIÇOS (SINAPI)	% DE DESCONTO SOBRE A PLANILHA SINAPI (A SER DADO PELO FORNECEDOR)	VALOR LÍQUIDO APÓS % DE DESCONTO NA PLANILHA SINAPI (A)	BDI de 25% (B)	% MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO (conforme percentuais previstos no item 3.8) (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (A)+(B)+(C)
3	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Santana	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 800.000,00	0,00%	R\$ 800.000,00	25%	3%	R\$ 1.024.000,00

ÓRGÃO PARTICIPANTE: PORTO GRANDE E CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

ITEM	CÓDIGO CATEGORIA MAT	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTDE TOTAL ESTIMADA	VALOR DOS SERVIÇOS (SINAPI)	% DE DESCONTO SOBRE A PLANILHA SINAPI (A SER DADO PELO FORNECEDOR)	VALOR LÍQUIDO APÓS % DE DESCONTO NA PLANILHA SINAPI (A)	BDI de 25% (B)	% MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO (conforme percentuais previstos no item 3.8) (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (A)+(B)+(C)
------	----------------------------	-----------------------------	-----	---------------------------	--------------------------------------	---	---	-------------------------	--	---



4	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Porto Grande	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 360.000,00	0,00%	R\$ 360.000,00	25%	7%	R\$ 475.200,00
5	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 78.000,00	0,00%	R\$ 78.000,00	25%	12%	R\$ 106.860,00

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CAMPUS LARANJAL DO JARI

ITEM	CÓDIGO CATEGÓRICO	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTD TOTAL ESTIMADA	VALOR DOS SERVIÇOS (SINAPI)	% DE DESCONTO SOBRE A PLANILHA SINAPI (A SER DADO PELO FORNECEDOR)	VALOR LÍQUIDO APÓS % DE DESCONTO NA PLANILHA SINAPI (A)	BDI de 25% (B)	% MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO (conforme percentuais previstos no item 3.8) (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (A)+(B)+(C)
6	1627	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Laranjal do Jari	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 600.000,00	0,00%	R\$ 600.000,00	25%	15%	R\$ 840.000,00

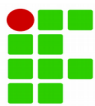
2.2. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de engenharia**, e ocorrerá através de **Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços**, de acordo com os Decretos (e alterações) nºs 3.555/2000, 3.722/2001, 3.784/2001, 5.450/2005, 7.892/2013, Lei nº 10.520/2002, sendo aplicadas subsidiariamente as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado;

2.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nas tabelas acima;

2.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário;

2.5. O prazo de vigência do contrato é aquele previsto no instrumento contratual, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;

2.6. Considera-se que o referido serviço seja de **natureza continuada**, nos termos do inc. II do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993. Com fulcro no Anexo V, item 2.9, da IN-MPOG nº 05/2017, fica dispensada a inclusão, neste Termo de Referência, da planilha de custos de formação de preços, pois entende-se que a natureza do objeto torna desnecessário o detalhamento dos elementos de custo para aferição da exequibilidade dos preços praticados, e tendo em vista que não se trata de serviço continuado com dedicação exclusiva da mão de obra, situação em que tal planilha é obrigatória conforme subitem "b)",



alínea “b.1” do mesmo dispositivo normativo. Portanto, o custo estimado da contratação foi definido com base no contido na alínea “b.2” do mesmo item e subitem do Anexo V da referida norma, isto é, em conformidade com a planilha SINAPI.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, anexo desse Termo de Referência.

3.2. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

A Reitoria do IFAP vem colocando em prática as contratações compartilhadas entre a Reitoria e os seus *campi*, com o objetivo de diminuir o fluxo e agilizar os processos de aquisições/contratações.

A adoção dessa prática tem como um de seus objetivos observar o princípio da Economicidade que, em termos práticos, significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala e por isso a tendência dos preços é diminuir, o que caracteriza a lei de demanda.

Proporcionará também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao fazermos um só processo despenderemos o tempo gasto em um processo licitatório uma única vez e teremos o material disponível sempre que necessário.

Adotou-se, assim, o **Sistema de Registro de Preço – SRP**, considerando a(s) hipótese(s) prevista(s) nos incisos I, II e III do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, bem como algumas vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação somente quando houver necessidade, ou seja, os órgãos participantes realizam um planejamento para o período de vigência determinado; proporciona a redução de número de licitações; as contratações ficarão mais ágeis, pois a licitação já está realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços, respectivos fornecedores e condições já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção predial, preventiva e corretiva, a serem realizados com mão de obra qualificada, com fornecimento de ferramentas, materiais e equipamentos necessários e em conformidade às normas da ABNT, conforme demanda.

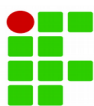
5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/ ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO



6.1. O serviço será prestado conforme especificações descritas nesse Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital independente de transcrição;

6.2. Para efeito de julgamento dos preços no pregão eletrônico, o critério será o de **maior percentual de desconto por item**, aplicado sobre os valores adquiridos na planilha SINAPI vigente no Estado do Amapá;

6.3. Para alcance do valor máximo estimado, por item, a Administração considerou: **montante bruto SINAPI (conforme necessidade da administração) + custo de mobilização/desmobilização (percentuais máximos) + custo de BDI de 25%**;

6.4. Para alcance do valor final da proposta, por item, o licitante deverá considerar: **montante líquido SINAPI (após desconto) + custo de mobilização/desmobilização (Macapá 0%, Oiapoque 20%, Santana 3%, Porto Grande 7%, Pedra Branca do Amapari 12% e Laranjal do Jari 15%) + custo de BDI de 25 %**;

6.4.1. Os percentuais de BDI e custo de mobilização/desmobilização deverão ser feitos sobre o **montante líquido SINAPI (após desconto)**;

6.5. Para efeito de preenchimento da proposta, o licitante deverá, obrigatoriamente, utilizar o **modelo de proposta em anexo a este Termo de Referência**. E deverá demonstrar ainda, por item, o **percentual correspondente ao desconto sobre a planilha SINAPI**, bem como o **percentual de custo de mobilização/desmobilização** e o **percentual de custo de BDI de 25%**;

6.6. A obrigatoriedade dos percentuais citados no item anterior é de suma importância para a execução, fiscalização, controle e pagamento do contrato, uma vez que durante a execução dos serviços, as notas fiscais de cada Unidade Demandante serão pagas conforme o desconto dado sobre a planilha SINAPI, somados os custos de mobilização/desmobilização e os custos de BDI. Portanto, é necessário que fiquem claras as informações na proposta;

6.7. Para efeito da proposta, o percentual de BDI para todos os itens será de 25%;

6.8. Ainda para efeito da proposta, o percentual de mobilização/desmobilização deverá ser conforme os seguintes percentuais, por item: considerando a cidade de Macapá como sede ou centro de operações da empresa: Macapá (0%), Oiapoque (20%), Santana (3%), Porto Grande (7%), Pedra Branca do Amapari (12%) e Laranjal do Jari (15%);

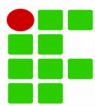
6.9. No caso da empresa vencedora executar os serviços no município de sua própria sede, o percentual de mobilização e desmobilização será igual a 0% (zero);

6.11.1. Todos os custos referentes a horas extras, encargos e outros necessários ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais deverão ser considerados pela empresa quando da apresentação da proposta comercial, fixado no modelo de proposta (ANEXO I-A), o qual evidenciará e fixará em percentual o BDI e a taxa de mobilização/desmobilização a serem aplicados durante a execução contratual sobre os valores dos serviços a serem prestados, tendo por base a planilha SINAPI;

6.11.2. O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e atualizado pela Caixa Econômica Federal, é uma ferramenta consultiva, que auxilia na elaboração e análise de estimativas e orçamentos, planejamento de investimentos e avaliação de contratos em obras públicas;

6.12. Os serviços elencados neste Termo de Referência terão seus custos determinados na forma estabelecida, preferencialmente, nas planilhas de serviços, composições e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominadas SINAPI, com desoneração, relativa ao Estado do Amapá e ao mês de expedição da ordem de serviço, somados com o percentual de BDI e percentual de mobilização e desmobilização (deslocamento) definidos na licitação;

6.12.1. Fica estabelecido o pagamento de BDI para todos os serviços e para todos os *campi* de 25%, conforme informações da Diretoria de Engenharia do IFAP;



6.12.2. Foram considerados, conforme informações da Diretoria de Engenharia do IFAP, os seguintes percentuais de mobilização e desmobilização para cada *campi*, considerando a cidade de Macapá como sede ou centro de operações da empresa: Macapá (0%), Oiapoque (20%), Santana (3%), Porto Grande (7%), Pedra Branca (12%) e Laranjal do Jari (15%), os quais custearão as despesas referentes ao transporte de equipamentos, insumos e pessoal, incluindo hospedagens, alimentação ou diárias;

6.12.2.1. Os demais casos serão resolvidos pela gestão do contrato, com base nos percentuais do item;

6.13. As tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) encontram-se no seguinte endereço eletrônico:
http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/SINAPI/index.asp.

6.14. Os itens que porventura não constem na planilha SINAPI, terão seus custos definidos com base, preferencialmente, em:

6.14.1. Outras tabelas oficiais vigentes de órgãos da esfera federal, estadual ou municipal, nesta ordem;

6.14.2. Pesquisa de mercado, a ser realizada pela Administração, no local de prestação do serviço, com registro dos estabelecimentos e cotações, excluída a Contratada, utilizando-se da metodologia e dos parâmetros dispostos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2014 e alterações;

6.14.3. Deverá se observar a incidência ou não dos percentuais de BDI e mobilização/desmobilização sobre os parâmetros acima estabelecidos na realização da pesquisa, para definição dos custos não contemplados pela tabela SINAPI, sobretudo quando a pesquisa não puder ser feita no local de prestação dos serviços, caso em que será feita na cidade de Macapá, mas em referência ao município para o qual se destina o serviço;

6.14.4. Aplicar-se-á os percentuais de BDI e mobilização/desmobilização obtidos na licitação e demonstrados na proposta comercial (ANEXO I -A) sobre o orçamento definido também para estes casos.

6.15. A composição da taxa BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) deverá ser demonstrada em planilha própria da empresa, contendo os seguintes percentuais: Administração Central, Riscos, Seguros, Garantias, Despesas Financeiras, Remuneração Bruta (Lucro) e Impostos: PIS, COFINS, ISSQN, CPRB; respeitado o limite máximo estabelecido no disposto no subitem 6.7;

6.15.1. Eventual inconsistência na composição do BDI, caso não sanada, poderá ensejar recusa da proposta;

6.15.2. De acordo com o município de prestação do serviço, o imposto municipal ISSQN deverá ser ajustado conforme o efetivamente praticado;

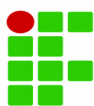
6.15.3. Para fins de pagamento, durante os 12 (doze) primeiros meses de vigência do contrato, deverão ser considerados os valores da planilha SINAPI vigente no mês da licitação, e só após será utilizada uma nova planilha atualizada;

6.16. O licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

6.17. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

7.1. Todos os serviços relativos à presente contratação referem-se à manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se como tal todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais em alguns equipamentos, no que couber, e nas instalações dos prédios de propriedade dos *campi* do IFAP, que resultem, respectivamente, na manutenção e na recuperação do estado de uso



ou de operação, para que o patrimônio público seja preservado. Compreende assim, dentre outros que venham a ser necessários durante a vigência do Contrato, o seguinte rol de serviços:

- 7.1.1. SERVIÇOS DE DEMOLIÇÕES E/OU RETIRADAS DE RESTOS OU ENTULHOS RESULTANTES DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO;
- 7.1.2. SERVIÇOS INICIAIS;
- 7.1.3. SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÕES;
- 7.1.4. SERVIÇOS EM ESQUADRIAS;
- 7.1.5. SERVIÇOS EM REVESTIMENTO;
- 7.1.6. SERVIÇOS DE PINTURA;
- 7.1.7. SERVIÇOS EM TUBOS E CONEXÕES - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS;
- 7.1.8. SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS;
- 7.1.9. SERVIÇOS EM SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO INTERNA/EXTERNA;
- 7.1.10. SERVIÇOS EM ALVENARIA, PAREDES E DIVISÓRIAS;
- 7.1.11. SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO/PISO;
- 7.1.12. SERVIÇOS DE ROÇAGEM, CAPINA E JARDINAGEM NOS IMÓVEIS;
- 7.1.13. SERVIÇOS EM TUBOS E CONEXÕES - INSTALAÇÕES DE GÁS ESPECIAIS;
- 7.1.14. SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES PREVENTIVAS E DE COMBATE A INCÊNDIO;
- 7.1.15. SERVIÇO DE DRENAGEM POR SUÇÃO DE FOSSA SÉPTICA;
- 7.1.16. SERVIÇOS DE SERRALHERIA;
- 7.1.17. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE QUADRA OU GINÁSIO POLIESPORTIVO, INCLUINDO PISO AMADEIRADO, TABELAS, TRAVES, ALAMBRADOS, ETC.;
- 7.1.18. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COBERTURAS E TELHADOS.

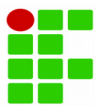
7.2. Os serviços a serem contratados diferem do conceito de obra, que se caracteriza pela modificação esporádica, predeterminada e completa de um sistema ou subsistema, ampliação ou de substituição majoritária de componentes com o objetivo de obter-se condição de uso ou de operação diversa daquela existente. Assim, é vedado à Contratada alegar a caracterização de obra nos casos de serviço de maiores proporções e de recomposição acessória decorrente dos serviços executados, observado que esteja caracterizada o estado de manutenção;

7.3. Considerada a localização dos *campi* do IFAP demandantes desta contratação, a empresa interessada em participar da licitação deverá ter sua sede/estrutura física, no mínimo, na cidade de Macapá-AP, para que possa atender em tempo hábil todas as solicitações, principalmente os casos emergenciais, inadiáveis e imprevisíveis. Caso no momento da participação na disputa, a licitante vencedora que não tiver sua sede/estrutura física situada em Macapá/AP e/ou nos municípios sedes dos *campi* do IFAP, deverá como condição para celebrar o contrato, comprovar que possui unidade de representação na capital do Amapá, mantendo infraestrutura física e pessoal com autonomia de decisão, a fim de que possa solucionar e resolver os problemas a serem apresentados;

7.4. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA: série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de falhas, quebras e defeitos dos bens móveis, no que couber, que integram as instalações dos *campi*, bem como das estruturas das edificações, conservando-os em perfeito estado de uso e ocupação, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas. A manutenção preventiva deve respeitar as rotinas previamente programadas pelo Contratante, por meio de cronograma de execução de serviços;

7.5. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA: série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos, instalações, edificações e mobiliários, no que couber, em perfeito estado de uso e ocupação, compreendendo, inclusive, substituição de peças, componentes e materiais da mesma espécie ou similar, com os ajustes e recuperações de partes dos bens, de forma a restaurar suas condições normais;

7.6. As manutenções preventivas e corretivas serão realizadas, preferencialmente, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, podendo o Contratante excepcionalmente, sem ônus adicionais para si, solicitar, em qualquer dia (útil ou não), conforme necessidade. Sendo os serviços solicitados pelo fiscal do contrato por meio de Ordem de Serviço, a qual será acompanhada do cronograma de execução do serviço a ser emitido também pelo fiscal do contrato, no que couber;



7.7. Deverão ser adotadas as rotinas de manutenção preventiva e corretiva padronizadas em todos os sistemas, instalações e equipamentos, no que couber, observado o rol de serviços mencionados no subitem 4.1 deste termo, e conforme especificações abaixo, sem prejuízo de outros serviços que, embora não estejam explicitados neste documento, são imprescindíveis à manutenção dos prédios das Unidades do IFAP;

7.7.1 Hidráulica: manutenção e conservação dos banheiros, cozinhas, e outros; remoção, montagem, manutenção e conservação dos sistemas hidráulicos que abastecem as edificações dos prédios; manutenção e conservação dos sistemas de águas pluviais, rede de esgoto sanitário, sistemas de hidrante, irrigação e drenagem, e sistemas de gás; instalação e reparos de encanamentos, caixas d'água e troca de louças, registros, torneiras, caixas de descarga, boias, ralos, sifões e outros; reparos de rotina das redes de água; outros serviços hidráulicos que se façam necessários;

7.7.2. Elétrica: manutenção, montagem, conservação e reparos de instalações elétricas prediais; instalação, manutenção e conservação de chaves, fusíveis, disjuntores, fios condutores, interruptores, ar-condicionado, tomadas, luminárias, reatores, lâmpadas, quadros gerais e de distribuição, circuitos de distribuição, caixas de passagem, eletrodutos, e outros; instalação, manutenção e conservação de bombas d'água, verificando sistematicamente os dispositivos de ligação automática (chave de boia) e os de segurança (fusíveis, reles, etc.), e se os motores e quadros elétricos estão esquentando, identificando a necessidade de reparos; outros serviços elétricos que se façam necessários;

7.7.3. Telefonia e Lógica: remoção, manutenção, conservação, instalação e reparos na instalação de telefônica e lógica prediais. A execução dos serviços de manutenção na rede de dados e voz tem a finalidade de minimizar as paradas de sistemas e danos a equipamentos em caso de pane, o que agilizará a instalação, habilitação, mudança e correção de problemas de ponto da rede lógica e telefonia. Visa atender às demandas de manutenção, de toda a infraestrutura de dados, rede lógica dos prédios. Deverá ser feita a correção de qualquer defeito relacionado à rede interna de telefonia;

7.7.4. Alvenaria: manutenção, conservação, demolição e reparos de alvenaria das edificações, muros, telhados, e outros; confecção de elementos diversos de concreto; abrir e reaterrar valas, limpar a obra; colocação (assentamento), manutenção, conservação e reparos de azulejos, cerâmicas e outros tipos de pisos e revestimentos; demolições e recuperação de paredes; raspagem de paredes para reparos de alvenaria e pintura; remoção de forro; remoção de divisórias (madeira, pvc, etc.); outros serviços de alvenaria que se façam necessários;

7.7.5. Pintura: manutenção e recuperação de pintura das edificações (paredes externas e internas, batentes, rodapés, esquadrias, portas, janelas, pisos, forros etc.), muros, muretas, bancos, corrimãos, portões e outros; raspagem de paredes e preparo para pintura (aplicação de massa e lixamento); qualquer tipo de pintura sobre alvenaria (com massa corrida ou concreto), madeira, ferro, estruturas metálicas, fibrocimento; outros serviços de pintura que se façam necessários;

7.7.6. Carpintaria: manutenção e recuperação de portas, janelas e esquadrias danificadas pelo cupim ou pelo tempo, conserto de mesas, cadeiras e armários, conserto do madeiramento de telhados, colocação de telas em janelas e grades, colocação de quadros, trincos, porta-cadeado e ferrolhos; outros serviços de carpintaria que se façam necessários;

7.7.7. Esquadrias: colocação, remoção, manutenção e conservação em esquadrias de modo em geral (vidro, madeira, alumínio, etc.);

7.7.8. Cobertura: colocação, remoção, manutenção e conservação da cobertura em geral (telhas, impermeabilização de calhas, rufos, etc.).

7.8. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ter garantia, conforme o disposto em legislação vigente de defesa do consumidor, normas técnicas específicas ou outros dispositivos correlatos, no que couber;

7.9. Os serviços ora descritos constituem rol meramente exemplificativo, podendo outros tipos de serviços serem solicitados de acordo com a demanda, desde que possam objetivamente se caracterizar como serviço de manutenção predial, sem desvirtuar o objeto da contratação.

7.10. DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS: para a realização das manutenções que

necessitem de emprego de materiais, equipamentos e ferramentas, estes deverão ser fornecidos pela contratada, em quantidade suficiente e qualidade adequada, ficando a cargo da fiscalização do IFAP rejeitar no todo ou em parte o material apresentado;

7.10.1. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT;

7.10.2. Todos os materiais fornecidos pela contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia mínima pelo prazo estabelecido pelo fabricante, e deverá ser apresentado à fiscalização antes da utilização dos mesmos para aprovação;

7.10.3. Se julgar necessário, a fiscalização poderá solicitar à contratada a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela contratada e executados por laboratórios credenciados pelo INMETRO ou Institutos idôneos.

7.10.4. Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser utilizados na execução dos serviços. A estocagem de todos os materiais será de responsabilidade da contratada;

7.10.5. A contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços, de acordo com a ordem de serviço e cronograma emitidos pelo fiscal do contrato. A fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores;

7.10.6. A contratada deverá colocar à disposição dos profissionais para uso individual e/ou coletivo, as ferramentas e equipamentos em perfeitas condições de uso, e conforme estabelecido em legislação técnica e específica, substituindo-os sempre que não estiverem em condições adequadas para a execução dos serviços.

7.11. DA COMPROVAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

7.11.1. A licitante deverá demonstrar comprovação de que possui em seu corpo técnico, na data da abertura das propostas, profissional de nível superior (Engenheiro Civil ou Arquiteto), reconhecido pelo conselho profissional correspondente (CREA ou CAU), para acompanhar e se responsabilizar pela execução do objeto da licitação, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obras ou reformas de prédio (s) público(s), comercial (is) ou industrial (is), devidamente comprovado mediante a exibição de atestado registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare, conforme art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a execução do objeto mencionado;

7.11.2. Os documentos necessários para a comprovação de que o profissional responsável técnico pelo objeto desta licitação está vinculado ao licitante, conforme o subitem anterior são:

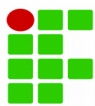
a) No caso de empregado com vínculo empregatício, o respectivo registro na carteira de trabalho e previdência social, bem como a ficha ou livro de registro de empregados, este último, em conformidade com as normas da Delegacia Regional do Trabalho (DRT);

b) No caso de sócio da empresa, o respectivo contrato social da empresa devidamente registrado no órgão competente (Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial), para fins de se verificar o vínculo com os responsáveis técnicos indicados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou CAU;

c) No caso de contrato de prestação de serviços técnicos, o contrato devidamente firmado entre as partes, com firma reconhecida e registrado em cartório, para vincular a responsabilidade técnica com os profissionais informados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou CAU.

7.12. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO: será observado o Acordo de Nível de Serviço - ANS conforme metas previstas no quadro abaixo:

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS - ANS



Indicador	
Pontualidade no cumprimento dos prazos de agendamento e execução dos serviços contratados, inclusive com relação àqueles solicitados durante o período de garantia.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantia que os serviços contratados sejam realizados nos prazos previstos no contrato
Metas a cumprir	100% dos serviços executados nos prazos estabelecidos no cronograma de execução de cada serviço solicitado
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados emitidos pela fiscalização do contrato.
Forma de acompanhamento	Controle do cumprimento de prazos definidos no cronograma e nos serviços de manutenção preventiva e corretiva solicitados.
Mecanismo de cálculo	O valor a ser pago será do serviço executado pelo fator: Valor (R\$)=valor do serviço executado x Fator 1) Fator = 1,00 – se os serviços foram concluídos no prazo estabelecido; 2) Fator = 0,95 – se os serviços, em parte, forem concluídos fora do prazo; 3) Fator = 0,90 – se o total dos serviços forem concluídos fora do prazo;
Faixa de ajuste no pagamento	1) Se fator for = a 1,00 – corresponde a 100% do valor da Nota fiscal apresentada. 2) Se fator for = a 0,95 – corresponde a 95% do valor da Nota fiscal apresentada. 3) Se fator for = a 0,90 – corresponde a 90% do valor da Nota fiscal apresentada.

7.12.1. A verificação do cumprimento ou não do Nível de Serviço será acompanhado pelo Gestor do contrato;

7.12.2. O não cumprimento das metas previstas no ANS gerará um abatimento, nos percentuais previstos sobre o valor total da Nota Fiscal apresentada pela Contratada, que será glosado pelo Contratante;

7.12.3. Mensalmente, a partir do segundo mês de vigência dessa contratação, o Gestor do contrato observará o cumprimento ou não do ANS, promovendo e apontando as adequações necessárias, implicando em redução do valor a ser pago caso não seja cumprido o cronograma de prestação de serviços pela Contratada.

7.13. DA VISTORIA:

7.13.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 11:30h e das 14:30 às 17:30h, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto à Reitoria do IFAP;

7.13.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

7.13.3. Para a vistoria, o licitante ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

7.13.4. A vistoria servirá para dar conhecimento detalhado ao licitante de todas as condições e peculiaridades inerentes à prestação do serviço e dar condições de avaliar *in loco* o grau de complexidade do mesmo. Na sua ocorrência, deverão ser sanadas as dúvidas técnicas porventura existentes, não cabendo qualquer alegação posterior da existência de impedimentos para perfeita execução do objeto, amparada no desconhecimento das instalações ou do local onde serão realizados

os serviços;

7.13.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

8.1. Conforme o Art. 3º da Lei 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

8.2. Segundo o TCU, licitações sustentáveis visam, além de outros aspectos, o desenvolvimento regional e equidade social, benefícios à saúde pública e redução dos impactos ambientais, comércio justo, novos negócios e incentivo às micro e pequenas empresas. Assim, a administração privilegiará, na presente aquisição, a adoção da proposta mais vantajosa dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental, quando aplicáveis, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e alterações.

8.3. Por sua vez, o Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, regulamenta o dispositivo da Lei de Licitações já citado, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. Conforme seu artigo 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras: I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Além disso, em seu artigo 3º dispõe que tais critérios e práticas de sustentabilidade serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, o que no presente Termo de Referência se contempla de forma prática no item 9.22 e seus subitens.

8.4. A presente licitação, portanto, busca observar os principais dispositivos que tratam do desenvolvimento sustentável nas aquisições e contratações públicas, inclusive o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Ifap e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

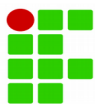
9. DA ESTRATEGIA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA FATURA

9.1. Os serviços a serem registrados são para atender a demanda de um período menor ou igual a 12 (doze) meses, conforme necessidade do Órgão. Em caso de solicitação do serviço, que poderá ser em parcelas, deverá ser conforme prazos, quantidades, locais e horários especificados no presente Termo de Referência, Edital e anexos.

9.2. DA ESTRATÉGIA E DOS PRAZOS:

9.2.1. A fornecedora estará obrigada ao cumprimento das seguintes estratégias e prazos:

- a) Os serviços objeto desta contratação serão prestados preferencialmente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, podendo o Contratante excepcionalmente, sem ônus adicionais para si, solicitar, em qualquer dia (útil ou não), conforme necessidade;
- b) Deverá ser elaborada e apresentada à Fiscalização para aprovação, previamente a cada Ordem de Serviço, para fins de avaliação dos custos dos serviços, os seguintes documentos, os



quais constituirão a Proposta de Serviço: memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos, mencionando a metodologia utilizada na quantificação dos itens do orçamento de forma clara e objetiva; planilha de orçamento com fontes de custos baseada no SINAPI; planilha com itens que não constem no SINAPI para providências, pela Contratante, quanto a definição dos parâmetros para composição do orçamento, quando for o caso;

c) Após análise minuciosa da Proposta de Serviço pelo fiscal do contrato, os serviços poderão ser por ele solicitados por meio de Ordem de Serviço, na qual constará o cronograma de execução do serviço;

c) Em caso de manutenção corretiva, a Contratada deverá atender às chamadas até o dia útil subsequente à solicitação e agendar a prestação dos serviços, observando prazos estabelecidos no cronograma de execução emitido pelo fiscal do contrato;

d) Não sendo possível o cumprimento no prazo estabelecido no cronograma de execução emitido pelo fiscal de contrato, deverá a Contratada justificar os motivos e solicitar novo prazo para conclusão, a ser analisado e deferido pelo Contratante;

e) Considerando os critérios de aceitação do serviço deste Termo, o fornecedor deverá efetuar, quando necessárias, as correções, remoções, reconstruções e/ou substituições devidas quanto à prestação inadequada do serviço, realizando a remoção, às expensas, no que couber, no total ou em parte, do objeto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte, acondicionamento ou materiais empregados, no prazo máximo não superior ao previamente estabelecido em cronograma de execução emitido pelo fiscal do contrato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, cabendo essa obrigação desde a prestação do serviço até o período de sua garantia/validade, sem quaisquer ônus ao IFAP.

f) A Proposta de Serviço terá prazo de no mínimo 30 (trinta) dias;

g) Para solicitações de ordem emergencial, para as quais a elaboração da Proposta de Serviço pretendida poderá ocorrer em momento posterior à execução, se levará em consideração a tabela SINAPI correspondente ao período da execução do serviço;

h) Quando solicitado, a Contratada enviará profissional habilitado, conforme a complexidade do caso e no mesmo prazo estabelecido na alínea “c”, para avaliar e sugerir o melhor serviço e solução para o problema em questão. Devendo ainda, se solicitado, elaborar relatório descritivo e fotográfico que comporá a Proposta de Serviço;

i) O cronograma para execução dos serviços poderá ser determinado em comum acordo entre a Contratada e a Fiscalização, de acordo com a dimensão e complexidade do trabalho, respeitando-se, no que couber, o referencial da tabela SINAPI;

j) Resumo da estratégia de execução do serviço: Diagnóstico (pela Contratante ou pela Contratada, quando solicitado) >> Proposta de Serviço (orçamento e cronograma definido em comum acordo, quando for o caso) >> Aprovação (e definição de custo não contemplado na tabela SINAPI, quando for o caso) >> Ordem de Serviço >> Execução.

9.2.2. As empresas que não cumprirem os prazos acima estipulados sofrerão sanções da Lei 8.666/93 e suas alterações, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Contratada e reconhecido pelo IFAP.

9.3. DA FATURA

9.3.1. A fatura será apresentada mensalmente contendo a composição dos custos, de maneira a demonstrar: **o valor dos serviços SINAPI (com o desconto lançado na proposta vencedora), o custo de mobilização/desmobilização (conforme item 3.8) e o custo de BDI de 25%. As porcentagens de BDI e mobilização/desmobilização serão sobre o valor dos serviços SINAPI (com o desconto lançado na proposta vencedora).**

10. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Considerando a(s) Unidade(s) Demandante(s), os serviços deverão ser prestados nos endereços abaixo:



UNIDADE ADMINISTRATIVA DEMANDANTE	LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
REITORIA IFAP	Rodovia Norte/Sul, Km 0, s/n – Bairro Infraero – Macapá/AP, CEP: 68.908-910 (Terreno); Rodovia BR 210, Km 03, S/N – Bairro Brasil Novo – Macapá/AP, CEP: 68.909-398
CAMPUS MACAPÁ	Rodovia BR 210, Km 03, S/N – Bairro Brasil Novo – Macapá/AP, CEP: 68.909-398
CAMPUS SANTANA	Rodovia Duca Serra, s/n – Bairro Paraíso, Santana/AP, CEP: 69.925-000
CAMPUS PORTO GRANDE	Rodovia BR 156, s/n, Bairro: Centro, Porto Grande/AP, CEP: 68.997-000
CAMPUS LARANJAL DO JARI	Rua Nilo Peçanha, 1263 – Bairro Cajari, Laranjal do Jari/AP, CEP: 68.920-000
CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE	Rua Joaquim Caetano da Silva, nº 460 – Bairro Centro, Oiapoque/AP, CEP: 68.980-000
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ	Rua Francisco Dutra, s/n – Centro – Pedra Branca do Amapari, CEP: 68.945-000

10.2. Os serviços deverão ser realizados diretamente nos locais supracitados, no horário das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira, ou quando necessário ao fiel cumprimento do objeto, em outros dias e horários a serem acordados entre as partes;

11. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

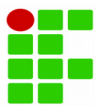
11.1. **Dos critérios de aceitação:** os serviços deverão ser aceitos da seguinte forma:

11.1.1. **PROVISORIAMENTE**, após a realização do serviço, o qual deverá ser constatado por servidor/comissão competente da(s) Unidade(s) Demandante(s) do IFAP, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com as especificações constantes nesse termo;

11.1.2. **DEFINITIVAMENTE, em até 10 (dez) dias**, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado e consequente aceitação, pelo servidor/comissão competente através da emissão de **TERMO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO DEFINITIVO**, ou documento similar, no qual constará a listagem de todos os critérios atendidos na execução, quando for o caso, inclusive no que diz respeito ao atendimento dos padrões de sustentabilidade, conforme estabelecido na seção 5 deste Termo de Referência.

11.2. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante/comissão para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, fazendo a conferência quantitativa e qualitativa dos serviços prestados, considerando os parâmetros elencados neste Termo de Referência e Edital. O representante/comissão da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas



ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo

executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

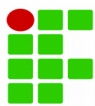
12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;



12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

- 12.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.28. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 12.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 12.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.32. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 12.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 12.35. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 12.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;
- 12.38. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto

neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.39. Manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços, observada as normas relacionadas com a higiene e segurança do trabalho;

12.40. Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências constantes do objeto desta contratação;

12.41. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água; treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades;

12.42. A Contratada deverá ainda adotar procedimento ambientalmente adequado para o descarte de materiais potencialmente poluidores provenientes dos serviços (sucata), tais como: pilhas, baterias, lâmpadas, circuitos impressos, lubrificantes e outros, que contenham em suas composições chumbo, mercúrio e seus compostos ou outros elementos tóxicos, remetendo-os, sem ônus para o IFAP, para os estabelecimentos que os comercializam, empresas de reciclagem ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias;

12.43. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante ou de outra empresa prestadora de serviço;

12.44. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

12.45. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data prevista para execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.46. Garantir o atendimento de serviços extraordinários requisitados pelo Contratante, em situações excepcionais;

12.47. Ocorrendo qualquer dano, avaria ou mancha, no que couber, nos locais onde serão executados os serviços, bem como nas demais dependências e acessos à área de trabalho, a empresa contratada deverá assumir a imediata reparação, restaurando as condições originais da edificação;

12.48. A Contratada fará constar na nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos;

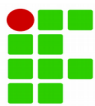
12.49. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, taxas, tributos e contribuições que incidirem, direta ou indiretamente, sobre a execução do serviço;

12.50. Observar na descrição do objeto os padrões de sustentabilidade ambiental exigidos e demais exigências relevantes à contratação, dispostas no Edital e seus anexos;

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e



ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

13.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

13.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

13.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

13.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

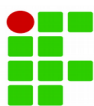
13.10. Exigir da Contratada que providencie como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

13.10.1. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

13.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

13.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada por terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.13. Observar as demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.



14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

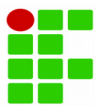
16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

16.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

16.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do



objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

16.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

16.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

16.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

16.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

16.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários;

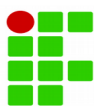
17.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

17.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

17.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório;

17.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado também pelo fiscal do contrato;



17.4.1. O fiscal do contrato analisará os relatórios e toda documentação recebida provisoriamente e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. O fiscal do contrato emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados provisoriamente, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

18.1. Da Ata de Registro de Preços:

18.1.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste Termo não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último;

18.1.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, o IFAP não será obrigado a fazer a solicitação dos serviços com a empresa assinante da ata, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições;

18.2. Do Contrato:

18.2.1. Considerando a(s) unidade(s) demandante(s) da presente contratação, será(ão) formalizado(s) contrato(s), conforme informações abaixo:

UNIDADE DEMANDANTE	UASG	CNPJ
REITORIA (ÓRGÃO GERENCIADOR)	158150	010.820.882/0001-95
CAMPUS MACAPÁ (e Avançado Oiapoque)	158159	010.820.882/0002-76
CAMPUS LARANJAL DO JARI	158160	010.820.882/0003-57
CAMPUS SANTANA	155592	010.820.882/0004-38
CAMPUS PORTO GRANDE (e Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari)	155941	010.820.882/0006-08

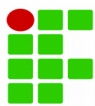
18.2.2. Todos os contratos firmados terão as mesmas condições de prestação do serviço estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e anexos, cabendo à Contratada observar as especificidades e particularidades de cada Unidade Demandante do produto no que se refere, especialmente:

- ao local de execução do serviço e entrega de nota fiscal;
- servidores/comissão responsável pela solicitação e aceite do serviço;
- fiscal e gestor do contrato da Unidade;
- e demais informações pertinentes e importantes.

18.3. Cabe a cada Unidade Demandante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

18.4. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.

19. DOS CRITÉRIOS DE AJUSTES DE PREÇOS



19.1. A Ata de registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65, II “d” da Lei nº 8.666/93, Lei 10.192/2001, e art. 17 do Decreto nº 7.892/2013, e alterações;
19.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços **aos valores praticados pelo mercado.**

19.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A Contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração;

20.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sendo que as previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

I. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

II. Multa:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 10 (dez) dias corridos de atraso na prestação dos serviços de manutenção preventiva caracterizando inexecução parcial;

b) Multa de mora no percentual correspondente a 0,8% (zero vírgula oito por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 5 (cinco) dias corridos de atraso na prestação dos serviços de manutenção corretiva caracterizando inexecução parcial;

c) Multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela recusa em retirá-lo, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

d) Multa no valor de 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato;

III. Suspensão temporária de participar de licitação e/ou contratação promovida pela contratante por prazo não superior a dois anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;



20.3. Conforme o disposto na Lei 10.520, de 17/07/2002 e no Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do serviço, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e nas demais cominações legais;

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente a Lei 9.784/99;

20.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL

21.1. O licitante deverá apresentar a sua proposta final, com as seguintes informações:

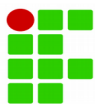
- a) Especificação dos serviços a serem prestados, detalhando de forma clara todas as informações;
- b) O correio eletrônico, número de telefone e contato do responsável pela proposta, para realização dos chamados;
- c) Todas as especificações do serviço devem estar de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, observados os preços unitários e preço total;
- d) A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como, também, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações;
- e) A proposta deverá incluir informações de atendimento aos padrões de sustentabilidade, quando necessários, conforme seção 5 deste Termo de Referência;
- f) Prazo de validade da proposta devendo ser de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. A dotação orçamentária será de acordo com a Unidade Gestora da(s) respectiva(s) Unidade(s) Demandante(s) que emitirá as Notas de Empenho, conforme quadros abaixo:

UNIDADE GESTORA	UASG
REITORIA (GERENCIADORA)	158150
CAMPUS MACAPÁ (e Avançado Oiapoque)	158159
CAMPUS LARANJAL DO JARI	158160
CAMPUS SANTANA	155592
CAMPUS PORTO GRANDE (e Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari)	155941

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE	NATUREZA DA DESPEZA	ELEMENTO DE DESPESA
108908	0112	33.90.39	16

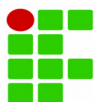


23. DO PAGAMENTO

- 23.1. Conforme IN MARE Nº 08 de 04/12/1998, art. 28, o pagamento referente à prestação do serviço, caso solicitado, será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do ateste das faturas pelo fiscal do contrato, o qual terá até 10 (dez) dias para ateste, contados do recebimento da Nota Fiscal;
- 23.2. Ao IFAP reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato do ateste, verificar que o serviço não corresponde às especificações dos itens conforme este Termo de Referência e a proposta apresentada;
- 23.3. O pagamento será efetivado à Contratada em moeda nacional e por meio de ordem bancária;
- 23.4. O pagamento à Contratada somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual;
- 23.5. O licitante deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua qualificação tributária, condição sem a qual não será possível o pagamento da fatura apresentada.

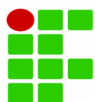
24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Havendo divergência entre a especificação do serviço constante no Termo de Referência e a descrição contida no cadastro do COMPRASNET, prevalece a especificação do Termo de Referência;
- 24.2. Nos casos em que houver prestação do serviço com fornecimento de materiais/peças/acessórios, em todos os materiais deverão constar, em suas embalagens, descrições e especificações na língua portuguesa, ou apresentar rótulo com as mesmas características;
- 24.3. Faz parte deste Termo de Referência o seguinte anexo:
- ANEXO I – A - MODELO DE PROPOSTA;
 - ANEXO I – B – PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES;
 - ANEXO I – C – MAPA DE RISCO REFERENTE AO PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES.



ANEXO - I - A
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº.:				Carimbo do CNPJ							
DENOMINAÇÃO/RAZÃO SOCIAL:											
INSCRIÇÃO ESTADUAL:											
ENDEREÇO:											
CEP:		TELEFONE:									
ENDEREÇO ELETRÔNICO:											
Item	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTD E TOTAL ESTIMADA	VALOR DOS SERVIÇOS (CONFORME TABELA SINAPI)			% Mobilização/Desmobilização *		BDI de 25% **		VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO*** (A+B+C)
				VALOR DA TABELA SINAPI ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO	% DE DESC ONTO DO FORNECEDOR SOBRE A TABELA SINAPI	(A) VALOR LÍQUIDO DO FORNECEDOR PARA A TABELA SINAPI	% sobre Sinapi com desconto	(B) Valor em R\$	% sobre Sinapi com desconto	(C) Valor em R\$	
1	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Macapá.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 1.012.400,00		R\$ 1.012.400,00	0,00 %	R\$ 0,00	25,00%	R\$ 253.100,00	R\$ 1.265.500,00
2	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Avançado Oiapoque.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 200.000,00		R\$ 200.000,00	20,00 %	R\$ 40.000,00	25,00%	R\$ 50.000,00	R\$ 290.000,00
3	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Santana	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 800.000,00		R\$ 800.000,00	3,00 %	R\$ 24.000,00	25,00%	R\$ 200.000,00	R\$ 1.024.000,00
4	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Porto Grande	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 360.000,00		R\$ 360.000,00	7,00 %	R\$ 25.200,00	25,00%	R\$ 90.000,00	R\$ 475.200,00
5	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 78.000,00		R\$ 78.000,00	12,00 %	R\$ 9.360,00	25,00%	R\$ 19.500,00	R\$ 106.860,00
6	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Laranjal do Jari	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 600.000,00		R\$ 600.000,00	15,00 %	R\$ 90.000,00	25,00%	R\$ 150.000,00	R\$ 840.000,00
7	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. O serviço deverá ser prestado para a Reitoria do Ifap, na cidade de Macapá.	SERVIÇO/ANO	1	R\$ 80.000,00		R\$ 80.000,00	0,00 %	R\$ 0,00	25,00%	R\$ 20.000,00	R\$ 100.000,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:											
Declaramos inteira submissão às condições de execução e fornecimento constantes do Pregão nº ____/2019. Declaramos ainda que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.											



VALIDADE DA PROPOSTA:

DATA: ____/____/____

ASSINATURA E CARIMBO DO PROPONENTE

CARGO: _____

CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº _____

CPF Nº: _____

* O percentual de desmobilização deverá ser conforme os seguintes percentuais, por item: considerando a cidade de Macapá como sede ou centro de operações da empresa: Macapá (0%), Oiapoque (20%), Santana (3%), Porto Grande (7%), Pedra Branca (12%) e Laranjal do Jari (15%). No caso da empresa executar os serviços no município de sua própria sede, o percentual de mobilização e desmobilização será igual a 0% (zero);

**O percentual de BDI para todos os itens será de 25%;

***O Valor total do item corresponderá à soma dos valores constantes em (A)+(B)+(C)

PARÂMETRO DE JULGAMENTO

ITEM	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR
1	R\$ 1.265.500,00	
2	R\$ 290.000,00	
3	R\$ 1.024.000,00	
4	R\$ 475.200,00	
5	R\$ 106.860,00	
6	R\$ 840.000,00	
7	R\$ 100.000,00	
TOTAL	R\$ 4.101.560,00	R\$ 0,00

ANEXO I – B
PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, POR DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS

Introdução

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que servirá essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência da contratação de serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, por demanda, com fornecimento de mão de obra e materiais para atendimento às demandas dos *Campi* do IFAP, quais sejam: Macapá (*Campus* e Reitoria), Avançado Oiapoque, Santana, Porto Grande, Laranjal do Jari e Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari.

O conteúdo deste documento está embasado nas exigências constantes no art. 24 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em conformidade com a lei o presente serviço é comum. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Equipe de Planejamento da Contratação

Integram a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável pela elaboração deste Plano de Estudo Preliminar e pelo Gerenciamento dos Riscos da Contratação, nomeados pela Portaria nº 1.924/2018/GR/IFAP, os servidores abaixo listados:

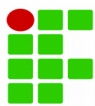
1. Diego Samaro Belo Barriga
2. Elizabeth Ribeiro da Rocha
3. Lorenzo Monteiro Anaisse
4. Willian Dias Santos

1. Identificação da necessidade da Contratação (art. 24, § 1º, I, e anexo III da IN 05/2017)

1.1. O Decreto no 2.271/97 prevê, em seu art. 1º, que “no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade”. As atividades que se pretende contratar se moldam perfeitamente a estes requisitos, não englobando a prática de quaisquer atos administrativos que impliquem decisões e/ou manifestações de vontade, com produção de efeitos jurídicos.

1.2. Outro fato relevante para a contratação é a indisponibilidade de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental e material para a realização dos serviços por parte do Ifap.

1.3. Para alcance do quantitativo estimado de serviços foi considerada a execução de contratos anteriores para o presente serviço, observada a especificidade e as demandas de cada *Campus*. Não havendo definição detalhada dos serviços por se tratar de contratação por demanda eventual e futura,



conforme o surgimento da necessidade.

1.4. Para o *Campus* Macapá e Avançado Oiapoque a referida prestação de serviços justifica-se pela necessidade em manter o prédio em perfeito estado de funcionamento, com a realização de manutenções preventiva e corretiva dos serviços integrados às instalações prediais, sistemas de combate a incêndio, sistema de aterramento, sistema elétrico (instalações elétricas de alta e baixa tensão, iluminação em geral), sistema de telefonia, sistema de segurança e vigilância eletrônica, serviços de alvenaria, serralheria e vidraçaria, e demais instalações físicas como pisos, forros, esquadrias, pintura, cobertura/telhado, vidros, pavimentação, portões, alambrados, caixas d'água e guaritas nas dependências do Instituto Federal do Amapá – IFAP, *Campus* Macapá. Além de reforma do ginásio poliesportivo do *campus*.

1.5. Para o *Campus* Santana, a contratação visa promover correções, adaptações e condições mínimas e adequadas de funcionamento do *Campus* IFAP de Santana, através da execução de atividades de manutenção preventiva, corretiva e estrutural e que ajude a implementar todas as atividades administrativas e de ensino.

1.6. O *Campus* Porto Grande menciona que a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção predial corretiva e preventiva, no *Campus* Porto Grande e no Centro de referência de Pedra Branca do Amapari, justifica-se diante da indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro funcional do IFAP e devido à necessidade de manutenção em perfeito e contínuo funcionamento de seus imóveis, para atender as demandas acadêmicas e administrativas com maior eficiência.

1.7. O *Campus* Laranjal do Jari menciona que a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços descritos neste termo justifica-se diante da necessidade de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva nas dependências do IFAP/*Campus* Laranjal do Jari, com vistas a garantir o contínuo funcionamento da Instituição. Tais materiais/serviços atenderão os seguintes setores: Sala das Coordenações; Coordenação Pedagógica; Diretoria de Ensino Pesquisa e Extensão; Diretoria Geral; Gabinete da Direção Geral; Seção de Ger. Financeira e Orçamentária; Seção de Ger. de Licitações e Contratos; Seção de Ger. de Adm. e Infraestrutura; Recepção da Administração; Sala dos Professores; Biblioteca; Seção de Ger. de Registro Escolar; Sala dos Servidores; Diretoria de Ensino; NAPNE; Comunicação social; salas de aula e Laboratórios e quadra poliesportiva. Caso o serviço não seja adquirido, o contínuo funcionamento do *Campus* Laranjal do Jari pode ficar bastante prejudicado, podendo ocasionar dias de interrupção de aula no ano letivo.

1.8. A Reitoria do instituto também necessita ter parte na contratação tendo em vista a manutenção do terreno localizado na Rodovia Norte-Sul, onde muito em breve será construído o prédio da Reitoria. Se farão necessários os serviços de manutenção dos muros, iluminação e roçagem/capina.

2. Referência aos instrumentos de planejamento do órgão, se houver (art. 24, § 1º, II, e Anexo III da IN 05/2017)

2.1. A contratação do serviço proposto encontra amparo no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) do Ifap, no âmbito das estratégias e metodologias das áreas meio, item 2.1.2, conforme abaixo:

- *Promover melhorias no desenvolvimento das atividades administrativas e nas políticas de conservação de seus bens móveis e imóveis, buscando a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade na prestação de serviços.*

3. Requisitos da contratação (art. 24, § 1º, III, e anexo III da IN 05/2017)

3.1. O serviço, objeto desta contratação, é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e Instrução Normativa SEGES/MPOG no 5, de 2017, e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes, bem como ao disposto neste documento;

3.2. A contratação compreende os seguintes serviços:

3.2.1. SERVIÇOS DE DEMOLIÇÕES E/OU RETIRADAS DE RESTOS OU ENTULHOS RESULTANTES DE

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

3.2.2. SERVIÇOS INICIAIS

3.2.3. SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÕES

3.2.4. SERVIÇOS EM ESQUADRIAS

3.2.5. SERVIÇOS EM REVESTIMENTO

3.2.6. SERVIÇOS DE PINTURA

3.2.7. SERVIÇOS EM TUBOS E CONEXÕES (INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS)

3.2.8. SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS

3.2.9. SERVIÇOS EM SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO INTERNA/EXTERNA

3.2.10. SERVIÇOS EM ALVENARIA, PAREDES E DIVISÓRIAS

3.2.11. SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO/PISO

3.2.12. SERVIÇOS DE ROÇAGEM, CAPINA E JARDINAGEM NOS IMÓVEIS

3.2.13. SERVIÇOS EM TUBOS E CONEXÕES - INSTALAÇÕES DE GÁS ESPECIAIS

3.2.14. SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES PREVENTIVAS E DE COMBATE A INCÊNDIO

3.2.15. SERVIÇO DE DRENAGEM POR SUÇÃO DE FOSSA SÉPTICA

3.2.16. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE QUADRA OU GINÁSIO POLIESPORTIVO, INCLUINDO PISO AMADEIRADO, TABELAS, TRAVES, ALAMBRADOS, ETC.

3.2.17. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COBERTURAS E TELHADOS

3.3. Os serviços ora elencados constituem rol meramente exemplificativo, podendo outros tipos de serviços serem solicitados de acordo com a demanda, desde possam objetivamente se caracterizar como serviço de manutenção predial.

3.4. Os serviços a serem contratados diferem do conceito de obra, que se caracteriza pela modificação esporádica, predeterminada e completa de um sistema ou subsistema, ampliação ou de substituição majoritária de componentes com o objetivo de obter-se condição de uso ou de operação diversa daquela existente. Assim, é vedado à Contratada alegar a caracterização de obra nos casos de serviço de maiores proporções e de recomposição acessória decorrente dos serviços executados, observado que esteja caracterizada o estado de manutenção;

3.5. Para a realização dos serviços que necessitem de emprego de materiais, equipamentos e ferramentas, estes deverão ser fornecidos pela contratada, em quantidade suficiente e qualidade adequada, ficando a cargo da fiscalização do IFAP rejeitar em parte ou todo material apresentado;

3.6. Os materiais rejeitados deverão ser removidos do local das obras e serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do momento da rejeição pela Fiscalização do Ifap, não sendo permitido manter no recinto da obra qualquer material em desacordo com o especificado e recusado por período superior a este especificado;

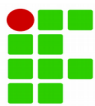
3.7. Todo serviço que tenha sido executado com defeito ou apresente erros, falhas ou qualquer outra irregularidade, face o emprego de material de qualidade inferior ou método de execução inadequado, será desfeito e executado novamente às expensas da Contratada, a qual responderá ainda pelos danos a que der causa;

3.8. A Contratada deverá refazer os serviços que apresentarem imperfeições sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer modificação no prazo contratual;

3.9. Os serviços deverão ser desenvolvidos nos seguintes locais: Reitoria, *Campus* Macapá, *Campus* Avançado Oiapoque, *Campus* Santana, *Campus* Porto Grande, *Campus* Laranjal do Jari e Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, em horários normais de trabalho (conforme legislação em vigor), podendo, entretanto, realizar trabalhos em horários extraordinários, inclusive aos sábados, domingos e feriados, ou horário noturno desde que, autorizados e/ou requisitados com antecedência pela Fiscalização, no que couber;

3.10. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente a Ordem de Serviço e a Cronograma de Execução, quando for o caso, os quais serão elaborados pela Fiscalização;

3.11. Todas as dúvidas referentes ao serviço solicitado, tais como: emprego de materiais e técnicas aplicadas, serão dirimidas pela Fiscalização do Ifap.



- 3.12. Todos os materiais e métodos executivos deverão seguir as normas pertinentes da ABNT, mesmo que não estejam explicitamente citadas.
- 3.13. Caberá à Contratada mediante diagnóstico da demanda, no caso de divergência com a Ordem de Serviço, alertar e consultar a Fiscalização do Ifap.
- 3.14. Todos os materiais empregados na construção serão comprovadamente de primeira qualidade e antes de serem aplicados deverão ser submetidos à aprovação da Fiscalização do Ifap, a qual poderá impugnar seu emprego, quando em desacordo com as especificações, projetos e normas em vigor. São considerados como similares os materiais ou produtos que, atendendo as normas da ABNT, sejam considerados como tais pelo Ifap.
- 3.15. A Contratada deverá submeter os materiais e ferramentas a serem empregados na execução dos serviços, quando necessário, à aprovação prévia da fiscalização da Contratante, a qual se reserva ao direito de rejeitá-los caso não satisfaçam aos padrões de qualidade;
- 3.16. A Contratada deverá responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, de pessoal e inclusive transporte, haja vista o pagamento do percentual de deslocamento, necessários à adequada e regular entrega dos serviços contratados, em plena conformidade com os termos e especificações;
- 3.17. Na execução do objeto do Contrato deverá ser aceito somente pessoal em situação trabalhista, previdenciária e securitária regulares, bem como observar as normas que dispõem sobre segurança e medicina do trabalho, assim como as de boa conduta profissional, quando nas propriedades da Contratante;
- 3.18. Os funcionários deverão ser mantidos devidamente uniformizados e identificados durante a execução dos serviços contratados;
- 3.19. Os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas de segurança vigentes, utilizando equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva necessários, ficando sob total responsabilidade da Contratada a ocorrência de qualquer acidente que venha vitimar seus empregados, em decorrência da execução do objeto contratado;
- 3.22. Comunicar à Contratante, por escrito, toda e qualquer anormalidade verificada no decorrer da execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.23. DA COMPROVAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

- 3.23.1. A licitante deverá demonstrar comprovação de que possui em seu corpo técnico, na data da abertura das propostas, profissional de nível superior, Engenheiro Civil ou Arquiteto, reconhecido pelo conselho profissional correspondente (CREA ou CAU), para acompanhar e se responsabilizar pela execução do objeto da licitação, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obras ou reformas de prédio (s) público(s), comercial (is) ou industrial (is), devidamente comprovado mediante a exibição de atestado registrado na entidade profissional competente acompanhado da respectiva certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare, conforme art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a execução do objeto mencionado;
- 3.23.2. Os documentos necessários para a comprovação de que o profissional responsável técnico pelo objeto desta licitação está vinculado ao licitante, conforme o subitem anterior são:
- a) No caso de empregado com vínculo empregatício, o respectivo registro na carteira de trabalho e previdência social, bem como a ficha ou livro de registro de empregados, este último, em conformidade com as normas da Delegacia Regional do Trabalho (DRT);
 - b) No caso de sócio da empresa, o respectivo contrato social da empresa devidamente registrado no órgão competente (Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial), para fins de se verificar o vínculo com os responsáveis técnicos indicados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou CAU;
 - c) No caso de contrato de prestação de serviços técnicos, o contrato devidamente firmado entre as partes, com firma reconhecida e registrado em cartório, para vincular a responsabilidade técnica com os profissionais informados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou CAU.



4. Estimativa das Quantidades, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)

TABELA I – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES DE REFERÊNCIA

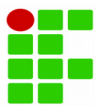
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	1	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Macapá.	1627	SERVIÇO/ANO	1
	2	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Avançado Oiapoque.	1627	SERVIÇO/ANO	1
	3	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Santana	1627	SERVIÇO/ANO	1
	4	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Porto Grande	1627	SERVIÇO/ANO	1
	5	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari	1627	SERVIÇO/ANO	1
	6	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Laranjal do Jari	1627	SERVIÇO/ANO	1
	7	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para a Reitoria do Ifap, na cidade de Macapá.	1627	SERVIÇO/ANO	1

4.1. O registro de preços terá validade de 12 meses, sendo aplicado o percentual de desconto alcançado sobre todo serviço executado mediante o surgimento da demanda, o qual terá seu custo dimensionado com base na planilha SINAPI referente ao mês da Ordem de Serviço;

4.2. A planilha SINAPI é mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, ela informa os custos os e índices na construção civil no Brasil. Sua utilização é obrigatória na Administração Pública Federal, conforme previsto no Art. 3º do Decreto nº 7.983/2013:

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

4.3. Portanto, sua utilização como marco referencial para alcance dos preços dos serviços é perfeitamente adequada, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista legal, salvo as



exceções de omissão ou inadequação da tabela para certos serviços, ocasiões que demandaram a busca por outras alternativas.

4.4. Em caso de não haver o serviço correspondente no SINAPI, fez-se necessário definir um ou mais parâmetros para estimar os custos, com base em pesquisas em editais semelhantes foi possível estabelecer os seguintes critérios:

4.4.1. Outras tabelas oficiais vigentes de órgãos da esfera federal, estadual ou municipal, nesta ordem;

4.4.2. Pesquisa de mercado, a ser realizada pela Administração, no local de prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações, excluída a própria Contratada), utilizando-se a metodologia e parâmetros dispostos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2014.

5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar (art. 24, § 1º, V, e anexo III da IN 05/2017)

5.1. Os serviços a serem contratados diferem do conceito de obra, que se caracteriza pela modificação esporádica, predeterminada e completa de um sistema ou subsistema, ampliação ou de substituição majoritária de componentes com o objetivo de obter-se condição de uso ou de operação diversa daquela existente. Assim, é vedado à Contratada alegar a caracterização de obra nos casos de serviço de maiores proporções e de recomposição acessória decorrente dos serviços executados, observado que esteja caracterizada o estado de manutenção.

5.2. Portanto, contratar empresa especializada na prestação de serviço manutenção predial, por meio de licitação, com sugestão de modalidade pregão eletrônico, é a maneira legal e viável para esta contratação.

5.3. Além disso, modalidade de serviço “por demanda” proporcionará maior dinamismo na contratação do serviço, uma vez que não haverá um rol de serviços predefinidos ou quantitativos amarrados, o que no contrato anterior prejudicou a boa utilização dos serviços, pois os estudos se revelaram não condizentes com as demandas que surgiram no decorrer do tempo, fazendo com que alguns problemas de manutenção não pudessem ser sanados.

6. Estimativas preliminares dos preços de referência (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)

TABELA I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	1	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Macapá.	1627	SERVIÇO/ANO	1
	2	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Avançado Oiapoque.	1627	SERVIÇO/ANO	1
	3	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Santana	1627	SERVIÇO/ANO	1
	4	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o <i>Campus</i> Porto Grande	1627	SERVIÇO/ANO	1



5	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari	1627	SERVIÇO/ANO	1
6	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para o Campus Laranjal do Jari	1627	SERVIÇO/ANO	1
7	Serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra e materiais, além de ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme demanda. O serviço deverá ser prestado para a Reitoria do Ifap, na cidade de Macapá.	1627	SERVIÇO/ANO	1

A não fixação de percentual mínimo decorre de pesquisa realizada com base em outras contratações similares na esfera pública, melhor dizendo, oriundas de licitações cujo objeto é o Registro de Preços para contratação de serviços de Manutenção Predial com critério de julgamento de Maior Desconto. Exceto a última elencada, cujo critério foi o de Menor Preço, porém na planilha de composição da proposta o valor é mensurado por meio de descontos sobre serviços com base no SINAPI. Foram pesquisados os seguintes pregões:

- Pregão Eletrônico nº 02/2018 da Universidade Federal do Acre;
- Pregão Eletrônico nº 05/2017 da 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal (Santa Catarina);
- Pregão Eletrônico nº 135/2018 do DNIT/São Paulo
- Pregão Eletrônico nº 14/2017 do TRT 18ª região

Tais licitações obtiveram sucesso na contratação, não tendo itens desertos ou fracassados. Entretanto, quanto aos percentuais alcançados, houve grande variação de uma para outra, oscilando de 1,13 a 30,0201% de desconto.

É que cada caso possui características próprias, de forma que concluiu-se que o ideal seria não estabelecer um percentual mínimo, cabendo ao pregoeiro na disputa evitar o desconto irrisório ou o inexequível, que pouco alcançará a economicidade ou efetividade para a contratação, e permitir que a disputa ocorra livremente com base na realidade local.

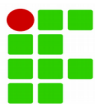
Vale ressaltar que dentre os editais pesquisados somente o da PRF continha percentual mínimo estabelecido (em média 2%) e somente o do TRT percentual máximo (não maior que 2 casas decimais).

Os valores estimados decorrem de previsão orçamentária para o exercício de 2019, sobre estes valores serão acrescidos os demais custos do contrato, isto é, os percentuais do BDI e de mobilização/desmobilização.

O BDI máximo aplicado será de 25% e os percentuais de mobilização e desmobilização serão: Macapá (0%), Oiapoque (20%), Santana (3%), Porto Grande (7%), Pedra Branca (12%) e Laranjal do Jari (15%), conforme informações da Diretoria de Engenharia por meio do Mem. 281/2018/DIEN/IFAP.

7. Descrição da solução como um todo

Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva a serem realizados com mão de obra qualificada, com fornecimento de ferramentas, materiais e equipamentos necessários e em conformidade às normas ABNT, conforme demanda.



8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, quando necessária para individualização do objeto

A realização de licitação por itens ou lotes, está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9. Demonstrativos do resultado pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

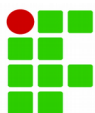
Por meio da presente contratação objetiva-se revitalizar e realizar a manutenção predial contínua de forma preventiva e corretiva dos prédios dos Campi do IFAP.

Os requisitos estabelecidos para a realização dos serviços são claros e suficientes para uma contratação econômica, com profissionais qualificados e materiais adequados, conforme o estabelecido em legislação específica. O custo do serviço que deverá ser estimado conforme a tabela SINAPI e, em sua omissão, nos parâmetros complementares ora definidos, subtraindo-se o desconto obtido no certame, será suficiente para a contratação pretendida, cujos valores estarão em consonância aos praticados no mercado local, tendo em vista a atualização mensal da tabela SINAPI.

10. Providências para adequação ambiente do Órgão

Segundo o TCU, este tópico trata-se da ocupação de espaço físico pela contratada, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás para os funcionários da contratada e concessão de perfis de acesso a serviços do órgão.

Desta forma, por meio desta contratação a contratada deverá assegurar os recursos materiais necessários para a execução dos serviços que lhe forem demandados e utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade dos serviços. Para tanto, o Ifap permitirá o livre acesso das pessoas autorizadas da Contratada, durante o horário a ser estabelecido entre as partes, às dependências do órgão, desde que devidamente identificadas, proporcionando todas as facilidades para que a organização Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas e critérios da contratação.



ANEXO I – C

MAPA DE RISCO REFERENTE AO PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES CONFORME ANEXO IV DA IN Nº 05/2017 - MPOG

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos descreverá e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de Contratação.**

A análise qualitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

	Matriz de Probabilidade x Impacto				
Probabilidade					
5	5	10	15	20	25
4	4	8	12	16	20
3	3	6	9	12	15
2	2	4	6	8	10
1	1	2	3	4	5
Impacto	1	2	3	4	5

Figura 1: Matriz Probabilidade x Impacto

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação

1. RISCOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DE MERCADO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 01:	Levantamento de mercado deficiente (quando não se verifica as especificidades da contratação, especialmente relacionado ao rol de atividades a serem executadas bem como o valor mínimo e/ou máximo estimado para o pagamento pelos serviços a serem prestados)
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto

Id	Dano
1.	Consequente retrabalho para realizar nova instrução de contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.

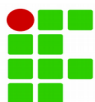
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação executa o levantamento de soluções do mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet, e pesquisa junto a fornecedores, e especialmente os valores constantes na tabela Sinapi.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reanálise do tipo de contratação mais adequada, se por demanda ou por planilha de serviços e custos previamente definida, com consequente replanejamento e relançamento da licitação, em caso de alteração.	Gestores e Equipe de planejamento

2. RISCOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DE RESULTADOS ESPERADOS (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 02:	Definição de resultados subjetivos, levando a dificuldade na análise custo-benefício com consequente contratação que não representa a melhor alocação de recursos na organização
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto

Id	Dano
1.	Consequente retrabalho para realizar nova instrução de contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	O requisitante deve declarar formalmente os resultados pretendidos nos autos do processo de contratação, de forma clara e objetiva. Quando possível, os resultados devem ser mensuráveis, de modo a haver melhores condições de aferir o alcance dos resultados declarados. Além disso, a Equipe de Planejamento da Contratação deve aprofundar e complementar os requisitos da contratação observada legislação específica, a exemplo da IN n. 05/2017.	Requisitante/Demandante e Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação deve avaliar a possibilidade da contratação alcançar os resultados esperados definidos pela área requisitante. Se a equipe de planejamento considerar que os resultados não são realistas, deve negociar com a área requisitante para ajustar as expectativas, planejando, assim, uma contratação viável. Caso a negociação não se mostre eficaz, a	Requisitante/Demandante e Equipe de planejamento e Gestores



equipe de planejamento deve levar o caso às instâncias superiores.		
3. RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)		
Risco 03:	Não planejar a contratação da solução como um todo, levando a aquisição de somente parte da solução, com consequente impossibilidade de atender a necessidade de negócio que motivou a contratação.	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar nova instrução de contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	A equipe de planejamento da contratação realizará os estudos técnicos preliminares identificando, junto ao setor requisitante, todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motivou a contratação, para somente depois decidir pelo parcelamento ou não para fins de contratação. As partes da solução envolvem quantidades de funcionários, materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços, atribuições, obrigações e responsabilidades dos funcionários.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realizar nova pesquisa de mercado para identificação das partes da solução e sua dinâmica, de maneira a evidenciar todas as características e necessidades de pessoal e insumos da contratação. Caso não haja sucesso no processo de pregão eletrônico, o setor de licitações poderá propor para a contratação por meio de dispensa de licitação, até que novo processo seja adequadamente instruído.	Equipe de planejamento e Setor de Licitações